

ONDE VOCÊ MORA? UMA PESQUISA A RESPEITO DOS DISCURSOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS DA CIDADE À METRÓPOLE DE NATAL (NOTAS PRÉVIAS DE PESQUISA)

Rainolenes de Melo Silva¹⁰⁸

RESUMO

Este trabalho tem caráter de nota preliminar e introdutória à reflexão a ser desenvolvida como meio de se aprofundar em pesquisa a respeito do fenômeno urbano e algumas de suas especificidades. Desse modo, não se pretende usar o termo Sociologia Urbana, como cabedal geral de conhecimentos específicos, mas sim como uma das ferramentas metodológicas dentre outras, que compõem a “*epsteme*” sociológica, como meio de problematização do processo de expansão urbana da cidade à Metrópole da Grande Natal, a partir dos discursos subjacentes que estruturam tal expansão nos últimos 30 anos. Como parte introdutória de um documento que está em fase de planejamento dos conteúdos, tanto de sua parte metodológica pode ser passível de alterações no decorrer da pesquisa, devido a possíveis ajustes necessários, quanto aos procedimentos científicos pertinentes. Procedendo cortes diacrônicos no processo histórico de formação e expansão de dois bairros, sendo eles os bairros de Cidade da Esperança e Capim Macio, assim como a região metropolitana do Vale do Pium, para então tentar compreender, a partir dessas amostras, como está se dando o processo de inserção da região metropolitana de Natal, em um cenário de globalização dos capitais direcionados ao mercado imobiliário e suas influências quanto à territorialização dos grupos e atores sociais na tecitura do espaço urbano metropolitano de Natal.

308

Palavras-chave: Discurso; Expansão; Metropolização; Mercado imobiliário; Locais privilegiados

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2008, segundo a United Nations Population Fund (UNFPA) 109, cerca de 3,3 bilhões de pessoas irão morar em cidades; a estimativa da mesma instituição é que, até o ano de 2030, cinco bilhões de pessoas estarão vivendo em

108 Graduado em Antropologia e Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Integrante do Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais da mesma instituição acadêmica, na condição de mestrando bolsista CAPES, sob a orientação da profa. dra. Maria do Livramento Miranda Clementino na pesquisa: Desenvolvimento Urbano e Políticas Públicas (rainolenes@alphaimb.com.br)

109 Informações contidas no documento do UNFPA “Situação da População Mundial em 2007: Desencadeando o Potencial do Crescimento Urbano”, Nova Iorque, 2007.

centros urbanos¹¹⁰. Tal fenômeno renova e impulsiona o processo de pesquisa sobre o fenômeno urbano, como meio de amenizar o desequilíbrio entre interesses inerentes ao sistema capitalista em sua fase atual, em contraposição aos interesses sociais de cada sociedade em particular, em momentos historicamente dados.

A cidade é pensada por uma vasta tradição filosófica, mas é no início do século passado que a cidade, enquanto ambiente urbano, vai surgir como “campo”¹¹¹ do conhecimento sociológico. Atualmente um dos fenômenos que se coloca para o cenário das análises da sociologia urbana, é o que Saskia Sassen (1998) denomina de *GLOBAL CITES*, ou ainda, de lugares privilegiados ou estratégicos, possuidores de características peculiares ao lugar, que estariam vinculados diretamente ao sistema econômico global devido a sua importância em uma rede de fluxos, ou ainda, como forma de “Espaços Transnacionais”. Tal perspectiva remete ao conceito de “Desencaixe”, formulado por Antony Giddens (1991), ou “processo de deslocamento de relações sociais de contexto local e sua interação e reestruturação através de extensões indefinidas de tempo e espaço”

No Brasil, o processo de metropolização possui características que lhe são muito peculiares. A formação da rede urbana brasileira é fruto de um longo processo de estruturação e amadurecimento social, cultural, econômico e político do povo brasileiro. Tendo sua maior dinamicidade a partir do pujante crescimento econômico de áreas urbanas, iniciado na segunda metade do século passado. Conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no ano 2000, cerca de 30% da população brasileira habitava em onze centros metropolitanos, e, segundo o IBGE Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), a população urbana em 2005 chegou a 84,2% da população total no Brasil. Dessa forma, o monitoramento do

309

110 Dentre os conceitos formulados pela Escola de Chicago, dois são de importância especial, que irão aparecer de maneira recorrente neste texto, sendo eles “Urbano e Urbanismo”. Por “Urbano”, se entende o modo peculiar de vida e as características no modo de ser, agir e pensar dos indivíduos que vivem nas grandes cidades, por “Urbanismo”, se entende a intervenção de forma planejada e ordenada na expansão do ambiente citadino. Destarte, o ambiente urbano seria o espaço construído de maneira planejada (urbanização), e que para sua estruturação e funcionamento necessitariam de instituições inerentes às suas especificidades, que moldassem uma forma, *sui generis*, de vida em sociedade, o modo de vida urbano.

111 A utilização do termo aqui, conforme a definição de Pierre Bourdieu (1983), para o qual, o conceito de campo pode ser interpretado como sendo “o lugar de uma *luta, mais ou menos desigual*, entre agentes desigualmente dotados de capital específico e, portanto, desigualmente capazes de se apropriarem do produto do trabalho científico que o conjunto dos concorrentes produz pela sua colaboração objetiva ao colocarem em ação o conjunto dos meios de produção científica disponíveis” (BOURDIEU, 1983, p. 136).

processo de metropolização, passou a ser de suma importância, para o melhor aproveitamento das potencialidades econômicas e produtivas, tendo em vista o desenvolvimento local e nacional, tanto quanto a minimização dos impactos negativos que afetam diretamente os indivíduos dos centros metropolitanos nos mais diversos níveis e segmentos sociais. Segundo Pierre Veltz, o processo de “metropolização não é somente a forma que envolve os grandes processos econômicos atualmente, mas sua própria substância.”(VELTZ, 1996 apud COMPANS, 1999 p.95).

Dentre as problemáticas que podem ser destacadas em um processo de expansão urbano no contexto brasileiro, a questão habitacional e suas atuais implicações estariam fortemente ligadas ao histórico de formação tardia dos cenários urbanos brasileiros, como consequências de discursos¹¹² que representaram e ainda representam interesses econômicos vinculados a um processo de acumulação fundiária.

Ao mesmo tempo em que as metrópoles brasileiras passaram a ser o *locus* da produção e da riqueza nacional, suas iminentes contradições passaram a se mostrar de maneiras mais efetivas. No decorrer dos anos 1980 e 1990 do século XX, as políticas públicas voltadas a projetos habitacionais foram caracterizadas por descontinuidades, decorrentes da interferência de cenários econômicos e políticos. Os baixos índices de crescimento econômico e a falência do sistema financeiro habitacional têm como consequências a ampliação do enorme fosso de desigualdades sociais, caracterizado por grandes polos de pobreza e de moradias precárias, em oposição a polos de riqueza e de moradia de alto padrão.

Subjacentes aos processos globais que afetam as dinâmicas em contextos locais, aspectos ligadas às políticas públicas habitacionais urbanas vêm sendo relegados a segundo plano, e substituídos por discursos direcionados ao mercado, tendo como fundo ideológico os fundamentos econômicos neoliberais, implementados em países em desenvolvimento, como o Brasil. O Estado passa do papel de provedor, ou seja, ente responsável por implementação de ações diretas no sistema habitacional, para o papel de simples garantidor das relações de mercado do sistema habitacional, criando assim, espaços privilegiados à circulação

¹¹²O termo aqui é utilizado como meio legitimador do direcionamento de ações políticas e econômicas, que visam em determinado momento histórico, a privilegiar interesses específicos de certos segmentos sociais, tendo como uma de suas consequências a diferenciação simbólica das áreas urbana e produzindo a segregação residencial.

de fluxos de investimentos imobiliários, vinculados aos processos de produção de riquezas da economia mundial.

No capitalismo, os processos de transição, entre os modelos de acumulação do capital, têm implicações nos meios de produção e suas relações laborais, tanto quanto as condições nas quais os indivíduos têm acesso a moradia. As influências da diferenciação social, decorrentes da divisão social do trabalho e sua consequente especialização, têm como resultado uma classificação dos indivíduos enquanto grupos sociais, espacialmente localizados no território urbano.

Destarte, a localização e condições de moradia funcionam como mecanismo de segregação e autosegregação socioespaciais, que podem num primeiro momento se apresentar como uma característica funcional e natural da estruturação espacial urbana, como as divisões em bairros e distritos. Mas ao mesmo tempo, a localização habitacional funciona como mecanismo de distinção social, de estruturação do espaço urbano e de distribuição de poder econômico, social e simbólico entre os grupos sociais, que se revelam a partir das representações coletivas dos grupos hierarquizados, que lutam permanentemente pela posição de seus interesses, no cenário das políticas de planejamento urbano.

311

A região metropolitana de Natal, criada institucionalmente em 1997, se constitui num privilegiado campo de estudo do fenômeno metropolitano. Sua recente formação, enquanto espaço metropolitano e suas peculiaridades econômicas situam a cidade de Natal e sua Região Metropolitana como espaço propício ao desenvolvimento de uma economia de serviços especializados e não industrial, traços que configuram a cidade e suas peculiaridades histórico-sociais como integrantes de uma economia capitalista periférica e tardia.

Este trabalho terá como um dos pressupostos e justificativas verificar até que ponto o processo de inserção ou não da Metrópole de Natal, em um modelo de local privilegiado, proposto por Sassen (1998), tendo como vínculo causal fluxos de capital internacionais diretos e indiretos, voltados ao mercado imobiliário, direcionam os vetores de expansão metropolitana; da mesma forma como, suas possíveis consequências em termos de segregação residencial e no deslocamento das relações locais de moradia, caminham em direção de um cenário global.

2 VISITANDO AS TEORIAS

As cidades surgem na antiguidade, caracterizadas como centros de impérios orientais. Resultam do avanço tecnológico na agricultura e da formação de excedentes agrícolas, proporcionando o processo de sedentarização de tribos nômades em regiões às margens dos grandes rios do Oriente Médio. Com os primeiros centros citadinos, surgem as primeiras demandas sociais necessárias a um funcionamento mais complexo das estruturas econômicas e sociais entre os indivíduos. No decorrer da história, as cidades passam a configurar espaço privilegiado nas relações econômicas, políticas e sociais locais.

Para Max Weber (1967), as cidades existiram nas mais diversas sociedades antigas como centros administrativos, econômicos e militares. Segundo Weber, o tamanho da população não seria a principal característica das cidades, mas sim sua importância nos sistemas de relações sociais locais.

A localidade considerada sociologicamente significaria um estabelecimento de casas pegadas umas as outras ou muito juntas, que representam, portanto, um estabelecimento amplo, porém conexo, pois do contrário faltaria o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, que é específico das associações de vizinhança. (WEBER, 1967, p. 73).

312

Não bastava que a localidade apresentasse um grande contingente humano para ser considerada uma cidade. Seria necessário que a integração dos indivíduos estivesse intermediada por fatores econômicos, políticos e de uma complexa divisão do trabalho, assim como de uma organização administrativa burocrática.

A contradição entre o campo e a cidade, e a consequente supremacia econômica do ambiente urbano sobre o ambiente campestre são recorrentes, nas análises de Marx (1963), a respeito das características peculiares das cidades capitalistas. Seria a partir do ambiente das cidades capitalistas industriais que os antagonismos entre as classes burguesa e proletária, frutos desse ambiente, surgiriam em sua forma definitiva. “A cidade só pode ser entendida como um dos produtos e produtora das atividades dos homens na obtenção das condições necessárias à vida. É dentro do modo de produção que a cidade se explica” (VERAS, 2000. p. 46).

George Simmel (1967), em seu ensaio “A metrópole e a vida mental”, refletindo a respeito do rápido crescimento urbano das cidades industriais, e suas consequências da vida metropolitana sobre os indivíduos e os processos de

socialização, afirma: “os problemas mais graves da vida moderna, derivam da reivindicação que faz o indivíduo de preservar a autonomia e individualidade de sua existência em face das esmagadoras forças sociais” (SIMMEL. 1967 p. 13).

Para o autor, a intensificação dos estímulos nervosos, aos quais os indivíduos estavam expostos nas nascentes cidades industriais, seria a responsável pelo surgimento de uma base psicológica de tipo metropolitano. As relações pessoais, vivenciadas pelos indivíduos nas grandes cidades, teriam caráter mais superficiais ou distanciadas socialmente, caracterizadas por um constante processo de tensão psicossocial, denominado efeito *Blasé*.

O trabalho de Simmel foi fundamental para o surgimento da sociologia urbana, os conceitos do sociólogo alemão foram assimilados por Robert E. Park e levados para a América, onde deu origem à Escola de Chicago¹¹³.

Aturdidos pelo vertiginoso crescimento pelo qual passavam as sociedades norte-americanas, e suas consequências, tais como discriminação, violência, marginalidade e diferenças identitárias, os integrantes da Escola de Chicago, representados por Robert E. Park, E. Burgess, dentre outros, irão conceber a cidade por uma analogia com as ciências biológicas, se utilizando do conceito de “Ecologia Humana”.¹¹⁴ Segundo esse conceito, o ambiente urbano funcionaria semelhantemente a *habitats* naturais, em termos de adaptação natural dos indivíduos ao processo de expansão urbana. “Aqueles mais preparados para viver em determinada região irão segregar-se, mediante processos de competição, invasão e sucessão, comparáveis aos que ocorrem biologicamente” (VERAS, 2000, p. 28).

Os teóricos da Escola de Chicago viam, no planejamento urbano, a maneira sistematizada de intervenção, como meio de minimizar os impactos negativos da expansão urbana, tais como a desorganização social e aculturação.

113A Escola de Chicago surgiu nos anos 20 do século XX, nos Estados Unidos, decorrente da necessidade vista por seus fundadores, do melhor entendimento do processo de crescimento pelo qual passavam as cidades norte-americanas naquele momento. Com a chegada de milhares de imigrantes aos Estados Unidos e a diversidade de traços culturais, que passaram a interagir proporcionando problemas de interação social, tanto quanto o entendimento dos processos de expansão urbana naquele momento conjuntural. A escola passa a ser referência nos estudos urbanos até a segunda metade do século passado, quando seus conceitos passam a ser criticados por apresentar supostas tendências ideológicas.

114Segundo tal teoria, as cidades tenderiam a reproduzir em seu interior certas características tidas como “naturais”, ou seja, presentes em todas as cidades. Conjunto de estruturas socioespaciais que marcariam cada zona concêntrica de um centro urbano ou habitat urbano. Interações sociais, econômicas, política e simbólicas, as quais os indivíduos se adaptariam, de maneira muito peculiar ao local e às condições de vida.

Louis Wirth, em seu trabalho “O urbanismo como Modo de Vida”, sistematizou um conjunto de proposições que julgaria inerentes as estruturas urbanas, e que condicionariam a vida do homem urbano. Segundo Wirth, a vida urbana apresentaria formas de ligações entre os indivíduos que ele denominou de secundárias, em oposição às relações primárias existentes em ambientes não urbanos. As relações secundárias seriam repensáveis pelos aspectos superficiais, segmentados dos “papéis”, anonimato, isolamento e abrandamento das relações familiares. Para Wirth as aglomerações urbanas modernas, possuiriam três características: tamanho, densidade e heterogeneidades da população. (WIRTH, 1933 apud MORRIS, 1984, p.7).

Na década de 1970, surge outra abordagem quanto ao enfoque sociológico das cidades; Manuel Castells adota uma postura que se distancia, de certa forma, do conceito de “Ecologia Humana”, proposto pela escola americana. Castells percebe a cidade como processo histórico de relações econômicas, políticas e sociais entre os indivíduos. Conforme Veras (2000), sua abordagem estruturalista, via a cidade como:

[...] o espaço organizado pelo homem, é como as outras estruturas sociais, uma estrutura subordinada-subordinante, dispondo de certa autonomia, leis, estruturas sociais recorrentes condicionadas, objetivada no espaço (VERAS, 2000, p. 66).

As cidades, em seu espaço urbano são detentoras das reminiscências das relações de produção e reprodução do capital, tanto quanto das relações sociais passadas, cristalizadas em sua configuração espacial e social. Para Castells, as cidades não poderiam ser entendidas a partir de seus espaços e suas influências nos indivíduos, mas sim a partir dos indivíduos e suas relações de produção, como meio de entender suas conseqüentes influências no espaço urbano.

Atualmente Saskia Sassen (1998), suscita uma nova abordagem do fenômeno urbano metropolitano, depois de enfoques econômico-sociológicos. Conforme a autora os grandes centros urbanos industriais do tipo fordista, que marcaram o cenário urbano moderno durante o século XX, vêm passando por um profundo processo de transformação, em especial como consequência da reestruturação produtiva da economia a partir da década de 70 do século passado, assim como atualmente pelo processo de globalização que assola praticamente todos os espaços economicamente viáveis do sistema capitalista.

Neste contexto econômico global, certos núcleos urbanos, devido ao seu histórico no cenário econômico mundial, ou vinculados a novas exigências do momento peculiar do capitalismo, emergiriam como locais privilegiados, que a autora denominou de “Global Cities” (SASSEM, 1994). Esses locais seriam a expressão máxima dessa nova configuração que certas metrópoles apresentariam na atualidade. A essa nova realidade, apresenta, também, novos desafios, como o processo de precarização das relações de trabalho, aumento das diferenças sociais, surgimento de uma espacialização polarizada e dual, formas padronizadas de governança pública e diminuição da esfera estatal, como meio regulamentador das relações sociais nesses centros urbanos¹¹⁵.

Do que foi apresentado, as cidades modernas se apresentam como formas históricas e específicas de estrutura social que acompanha a humanidade. Tais estruturas foram se conformando ao longo da história como centros de produção e de relações locais. As cidades modernas são possuidoras de características intrínsecas, vinculadas à Modernidade¹¹⁶, e, como conseqüências dessa mesma modernidade, atualmente os centros metropolitanos vêm surgindo com configurações econômicas que fogem dos esquemas e modelos clássicos do capitalismo industrial, desencaixando os centros urbanos de seus contextos sociais locais, e reencaixando-os em rede de relações globais.

315

3 OBJETIVOS

3.1 Gerais

Leitura dos fenômenos urbanos à luz de referências clássicas e atuais da sociologia, e em especial, fazer uma aproximação entre conceito de “Cidade Global”, de Saskia Sassen, e o conceito de “Desencaixe”, de Antony Giddens, como meio de entender as dinâmicas do fluxo de capitais globais, ou “fichas simbólicas”, voltados ao mercado imobiliário da área metropolitana de Natal.

¹¹⁵A cidade dual é uma das conseqüências das dinâmicas urbanas das *Global Cities*; esse fenômeno seria configurado pelo processo de diminuição da classe média, originária dos processos de industrialização dos países desenvolvidos. As cidades passam a apresentar um processo mais acentuado de segregação residencial como conseqüência de novas configurações da divisão social do trabalho.

¹¹⁶Segundo a definição de Antony Giddens (1991), “a Modernidade refere-se a estilo, costume de vida ou organização social surgido na Europa a partir do século XVII, e que se tornaram mundiais em sua influência”.

3.2 Específicos

a) Procurar entender como são estruturados e disseminados os discursos histórico-sociais referente à expansão da cidade de Natal, e posteriormente da área metropolitana, a partir dos bairros de Cidade da Esperança, Capim Macio e a região metropolitana do Vale do Pium.

b) Identificar até que ponto o modelo de “Locais Privilegiados” pode ser aplicado à metrópole de Natal, tendo como referência o fluxo de capital estrangeiro direto ou indireto direcionado ao mercado imobiliário e suas consequentes interferências no processo de identificação simbólica que a sociedade tem dos indivíduos, como consequência da segregação socioresidencial entre os grupos sociais.

4 O PROBLEMA

O mercado imobiliário de Natal vem nos últimos anos, passando por profundas transformações, as quais, têm se caracterizado por vetores de expansão que vêm prevalecendo em certos segmentos específicos do mercado habitacional, vinculados a determinados movimentos de fluxos financeiros internacionais direcionados ao mercado imobiliário. Na medida em que surge o debate da “Cidade Global” e suas características, tais como a “Cidade Dual”, esse se estrutura como tendência de modelo a ser seguido pelos centros metropolitanos. As questões pertinentes a este trabalho, partem do seguinte ponto:

Como o discurso da expansão da cidade de Natal vem se transformando ao longo dos últimos 30 anos, tendo como referência os bairros e a região metropolitana já mencionados, e como esse processo vem sendo influenciado pelo fenômeno da globalização no contexto local?

Segundo essa linha de raciocínio, surge uma segunda colocação como consequência dos possíveis desdobramentos da questão acima citada, tais como: Até que ponto a metrópole de Natal está inserida, em um contexto de fluxos internacionais de capitais imobiliários e quais os segmentos que são contemplados por essas ofertas do mercado imobiliário? Quais são as consequências, em termos sociais e simbólicos decorrentes da segregação residencial neste contexto

metropolitano? Como tais proposições podem ser interpretadas a partir da análise das categorias sócio-ocupacionais em um processo de diferenciação socioespacial? E, por fim, como se apresenta para os moradores dos bairros escolhidos, como campo de pesquisa, a imagem de si enquanto morador de um bairro específico e dos “outros” moradores dos outros bairros escolhidos?

5 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A proposta de trabalho, que consta neste projeto, tem como função precípua proporcionar um melhor entendimento dos processos já mencionados em relação à cidade e região metropolitana de Natal. Para tanto seguirá o caminho inicial, na tentativa de remontar os processos histórico-sociais, no qual se deram a implementação do conjunto habitacional da Cidade da Esperança, do bairro de Capim Macio e da região intermunicipal do Vale do Pium, a partir da segunda metade do século XX. Depois de realizada esta tarefa, proceder-se-á a uma análise a partir de cortes diacrônicos, a fim de interpretar o discurso institucional e simbólico, subjacente a cada momento histórico socialmente dado dessas localidades e suas relações com a contextualização metropolitana.

317

Faz-se necessário o levantamento do potencial econômico e social dos cenários escolhidos, como sendo integrantes do sistema metropolitano da grande Natal. Com base em fontes censitárias, ou a partir de mapas sociais já elaborados, tentar-se-á interpretar os movimentos de caráter sócio-ocupacionais e suas influências na interação e representação simbólica dos indivíduos quanto a esses espaços e suas relações entre si.

Também poderá ocorrer a aplicação de questionários amostrais da população dos bairros estudados, caso seja necessário, para a melhor compreensão da teoria aplicada a realidade local e interpretação dos conteúdos do projeto, à luz da literatura selecionada, a fim de validação ou não das proposições apresentadas neste documento.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro (RJ): Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico. *In:___O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998(Tradução Fernando Tomaz).

CARVALHO. Inaiá Maria Moreira de Carvalho. **Globalização, Metrôpoles e Crise Social no Brasil**. Revista Eure, n. 95. Santiago do Chile. Maio 2006. p.p 5 -20

CASTELLS, Manuel. **Problemas de Investigação em Sociologia Urbana**. 3. ed. Lisboa, Editora Presença, 1894. .

CASTELLS. Manuel. **A Sociedade em Rede**. 4. ed. São Paulo, Paz e Terra. 2000. (A era da Informação, economia, sociedade e cultura. V. 1).

COMPANS. Rose. **O Paradigma das *Global Cities* na Estratégia de Desenvolvimento Local**. R. B. Estudos Urbanos e Regionais, (S. I), maio, n. 1, 1999

DURKHEIM. Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Martins Claret, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro, Record, 1994

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 24. ed. São Paulo (SP), Edições Graal, 2007.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da Modernidade**. Ed. Unesp, 1991.

HARVEY, David. **A justiça social**. São Paulo, Hucitec, 1980.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo. Companhia. Das Letras.2003.

MARX. Karl. **Economia, Política e Filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Melso Soc.Anônima, 1963. (tradução de Sylvia Patrícia)

MORRIS, R.N. **Sociologia Urbana**. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1972.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

PARK, R. E. Sugestões para a investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org). **Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

RIBEIRO, Luiz C. de Queiroz. LAGO, Luciana Correia. **O Espaço Social das Grandes Metrôpoles Brasileiras: Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte**. R.B.C.S. (S.I). junho de 1999, n. 40. v. 14.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis, Vozes, 1980.

SASSEN, Saskia. **As Cidades na Economia Mundial**. São Paulo, Studio Nobel, 1994.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org). **Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

VELHO, Otávio Guilherme (org). **Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

VELTZ, Pierre. **Mundialización, Ciudades y Territorios: La economía de archipiélago**. Barcelona, Editorial Ariel, 1999

VERAS, Maura Pardini Bicudo. **Trocando Olhares**: Uma Introdução à Construção Sociológica da Cidade. São Paulo, Studio Nobel, 2000.

VILLAÇA, Flavio. **Uso do Solo Urbano**. São Paulo, Fundação Prefeito Faria Lima, 1978.

WEBER, Max. Conceitos e Categorias das Cidades. *In*: VELHO, Otávio Guilherme (org). **Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

WIRTH, Louis, O urbanismo como Modo de Vida. *In*: MORRIS, R.N. **Sociologia Urbana**. Rio de Janeiro. Zahar Editora, 1984.